

**CARTOGRAFIAS INDISCIPLINARES: EXPERIÊNCIA
EXTENSIONISTA NAS LUTAS URBANAS DE BELO HORIZONTE-MG**

***INDISCIPLINARY CARTOGRAPHIES: EXTENSION EXPERIENCE
IN URBAN CONFLICTS IN BELO HORIZONTE-MG***

Daniel Medeiros de Freitas¹
Marcela Silvano Brandão Lopes²
Natacha Araújo Rena³

RESUMO

O artigo, por meio de pressupostos teóricos-metodológicos adotados pelo Grupo de Pesquisa Indisciplinar, apresenta algumas das experiências extensionistas do grupo junto às lutas urbanas. Procura-se demonstrar o modo como os processos destituíntes – aqueles contra o urbanismo neoliberal em suas múltiplas dimensões expropriadoras do patrimônio público, neoliberalização e produção biopolítica do espaço urbano – e os processos constituintes – aqueles engendrados pela coletividade e autonomia cidadã em defesa do comum – atuam no ponto cego das lutas urbanas, imbricando as resistências locais e de ocorrência pontual às múltiplas determinações de ordem econômica, política, cultural relacionadas à produção do espaço; as estratégias de militância e de ativismo; e os potenciais da tecnologia e das artesanias. Apresenta-se no centro da discussão as possibilidades de aplicação do método cartográfico nos processos de luta e resistência aos projetos urbanos neoliberais.

Palavras-chaves: Extensão universitária. Método cartográfico. Ativismo.

ABSTRACT

The article, through theoretical and methodological assumptions adopted by the Indisciplinary Research Group, presents some of the extensionist experiences of the group along with the urban conflicts. It seeks to demonstrate how 'destituent' processes - those against neoliberal urbanism in its multiple dimensions expropriating the public patrimony, neoliberalization and biopolitical production of urban space - and the 'constituent' processes - those engendered by the collective and citizen autonomy in defence of the common - act in the blind spot of urban conflicts, imbricating local resistance and punctual occurrence to the multiple

¹ Atualmente é professor adjunto do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura e Design – UFMG. Doutor em Arquitetura – UFMG. e – mail: danielmedeirosdefreitas@gmail.com

² Atualmente é Professora Adjunta da Escola de Arquitetura da UFMG e Professora colaboradora do programa de pós-graduação NPGAU – UFMG. Doutora em Arquitetura e Urbanismo – UFMG. e – mail: marcelasbl.arq@gmail.com

³ Atualmente é Professora Associada dos cursos de Arquitetura e de Design da EA e dos programas de pós-graduação NPGAU e PACPS – UFMG. Pós-doutora pela Universidad de Sevilla. e – mail: natacharena@gmail.com

determinations of economic, political, and cultural order related to the production of space; the strategies of militancy and activism; and the potential of technology and crafts.

Keywords: *University extension. Cartographic method. Activism.*

INTRODUÇÃO

O presente artigo, por meio de pressupostos teóricos-metodológicos adotados pelo grupo de pesquisa Indisciplinar⁴, sediado na Escola de Arquitetura da UFMG, pretende apresentar algumas das experiências extensionistas do grupo junto às lutas urbanas realizadas entre 2012 e 2019. De modo geral, o grupo, que reúne pesquisadoras e pesquisadores de diferentes campos acadêmicos e atua em diferentes frentes, orbita em torno da construção de práticas e conceitos que buscam articular a mobilização dos instrumentos cartográficos como dispositivos (DELEUZE, 1996) para avançar no enfrentamento do neoliberalismo, entendido aqui como sendo uma racionalidade governamental (DARDOT, LAVAL, 2016).

Neste relato, procura-se demonstrar o modo como as definições feitas por NEGRI e HARDT (2001) relativas aos processos destituíntes – aqueles contra o urbanismo neoliberal em suas múltiplas dimensões expropriadoras do patrimônio público, neoliberalização e produção biopolítica do espaço urbano – e dos processos constituintes – aqueles engendrados pela coletividade e autonomia cidadã em defesa do comum – podem atuar no ponto cego das lutas urbanas, imbricando as resistências locais e de ocorrência pontual às múltiplas determinações de ordem econômica, política, cultural relacionadas à produção do espaço; as estratégias de militância e de ativismo; e os potenciais da tecnologia e das artesanias.

Ainda que muitas vezes utilizados como sinônimos, militância e ativismo guardam conotações distintas. Conforme apontam Sales *et al* (2018), a maior popularização do termo ativismo no Brasil, sobretudo após 2013, decorre de sua adoção por movimentos sociais que

⁴ Para mais informações ver a fanpage do grupo: <https://www.facebook.com/indisciplinar.ufmg/> ou a wiki do grupo: <http://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=Indisciplinar>. Para acessar a Revista Indisciplinar ver: <http://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=Revista>. Acesso em 12 de março de 2019. O grupo também produziu um blog de opinião InDebate: <http://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=InDebate>; <http://indebate.indisciplinar.com/>. Acesso em 12 de março de 2019.

desejavam demarcar posição de distanciamento dos sentidos tradicionalmente atribuídos ao termo militância, por exemplo, o maior vínculo a organizações sindicais e partidárias e decisões centralizadas, e maior proximidade aos novíssimos movimentos sociais (GOHN, 2014) e constituição de redes e pautas mais amplas e heterogêneas. A atuação do Indisciplinar tem sido realizada muito próxima a de importantes movimentos ativistas e militantes de Belo Horizonte (NEVES et al., 2018)⁵. Entre 2012 e 2016 diversas ações envolveram os movimentos Resiste Izidora, Fica Ficus, Mata do Planalto, Real da Rua, Parque JÁ, Brigadas Populares, Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), e a partir de 2016, além da continuidade dos trabalhos com o MLB, ampliou-se a parceria com os movimentos populares vinculados à Frente Brasil Popular, como Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), assim como uma relação muito intensa com o movimento que luta contra a financeirização no Brasil, a Auditoria Cidadã da Dívida (ACD). Estas múltiplas atividades têm sido realizadas por meio dos projetos de extensão associados aos projetos de pesquisa (inclusive de pós-graduandos) do grupo. Além das parcerias com esses movimentos, o Indisciplinar está, via de regra, em diálogo com representantes do poder público, tanto na esfera do legislativo (vereadores e deputados estaduais e federais), do judiciário (juízo e ministério público), quanto do executivo (técnicos dos órgãos ligados às políticas urbanas). Para atuar de forma tão abrangente, a equipe do Indisciplinar possui formação e atua em áreas diversas, tais como arquitetura e urbanismo, direito, geografia, economia, sociologia, etc.

Na primeira parte do artigo, apresentaremos o conceito de neoliberalismo como racionalidade governamental, e como seu enfrentamento pode se articular com os pressupostos e a aplicação *in loco* do método cartográfico, incorporado e, ao longo dos anos, adaptado pelo Indisciplinar. Na segunda, vamos expor as experiências extensionistas do Indisciplinar, enfatizando a articulação entre as ações de extensão e o contexto mais amplo de resistência às inflexões na política urbana local entre 2014 e 2019. A opção pela estruturação cronológica da experiência busca reforçar o modo como a dinâmica das lutas urbanas demandou e demanda ações e estrutura de

⁵ Para informação sobre os movimentos que atuaram antes, durante e depois das Jornadas de Junho de 2013 ver a Roda de Conversa "Cartografando os movimentos multitudinários belorizontinos". Disponível em: <http://wiki.indisciplinar.com/download/003.pdf>. Acesso em 12 de março de 2019.

organização flexível, conforme será discutido. Por fim, fecharemos o artigo com algumas inquietações do grupo surgidas a partir das investigações feitas nos últimos anos.

2. A RACIONALIDADE NEOLIBERAL E O MÉTODO CARTOGRÁFICO

Os filósofos franceses foucaultianos Dardot e Laval defendem que o neoliberalismo é fundamentalmente uma racionalidade, e como tal, funciona a partir de um conjunto de discursos, práticas e dispositivos que atuam na estruturação da ação dos governantes, como também na conduta dos governados, que, no caso neoliberal, segue o princípio universal da concorrência (DARDOT, LAVAL, 2016). Os autores afirmam que o “sujeito empresa” é figura central dessa nova racionalidade. Se em período anterior, caracterizado pelo capitalismo fordista (produtivo e industrial) e pelo Estado bem estar social, o apelo ao consumo e à competição produziam subjetividades vinculadas ao trabalho formal, coletivo e disciplinado, desde os anos 90, esse sujeito do trabalho tem se tornado um sujeito empreendedor de si, produtor de um estar no mundo baseado na lógica da eficiência e da acumulação individual na qual o “ser desejante não é apenas o ponto de aplicação desse poder; ele é o substituto dos dispositivos de direção de condutas” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 327). Neste sentido, trazendo o conceito foucaultiano de “contraconduta”, Dardot e Laval apostam na construção de uma outra razão do mundo, cuja maneira de agir seja “indissociavelmente uma conduta para consigo mesmo e uma conduta para com os outros” (DARDOT, LAVAL, 2016, p. 400).

Em sintonia com essa abordagem, o grupo Indisciplinar entende que, para que haja um processo destituente da racionalidade neoliberal, seria importante o mapeamento dos dispositivos de poder que promovem e enfatizam a acumulação e a concorrência. Entretanto, para que seja possível expor e colocar em xeque a figura do “sujeito neoliberal”, esse mapeamento deve ser acompanhado por instrumentos investigativos que busquem dar visibilidade às percepções e reações dos afetados por esses dispositivos

Investigar e dar visibilidade a determinadas práticas em ação em um território é, necessariamente, um ato de intervenção no referido território, e para que as vozes dos “pesquisados” sejam de fato ouvidas e amplificadas, é de grande importância que os instrumentos mobilizados

funcionem como “máquinas de fazer ver e fazer falar” (DELEUZE, 1996; BRANDÃO et al., 2019). Dessa maneira, o método cartográfico se apresenta como um modo de investigação que busca o mapeamento das complexidades e, como ato político não-neutro, não exclui do processo investigativo as imprevisibilidades inevitáveis do percurso. Em outras palavras, o papel do pesquisador, como sujeito absoluto do processo, e do pesquisado, como objeto passivo da investigação, são embaralhados.

O funcionamento das cartografias como “máquinas de fazer ver e fazer falar” se alinha ao modo como o conceito foi apropriado por Deleuze, a partir da inclusão das linhas de subjetivação e das linhas de fuga no funcionamento dessas “máquinas”. Nesse sentido, os dispositivos para Deleuze (1996) estão associados aos mecanismos de sujeição acionados pelo sistema de poder e, ao mesmo tempo, carregam em si a potência de um devir da invenção.

Dentro dessa perspectiva, o desafio para as pesquisas interessadas em promover processos constituintes inclui construir meios e instrumentos que possam dar visibilidade às existências baseadas na potência da vida e, também, fomentar uma discussão ativa entre os envolvidos no processo de luta aos preceitos neoliberais. Isto permite que na fricção do “ver e falar” se faça a invenção de novas condutas baseadas na produção do comum, no compartilhamento e no cuidado.

Diante, então, desse desafio, o grupo elencou cinco dimensões para equalizar as cartografias elaboradas pelo Indisciplinar: (1) a espacial-territorial, composta pelas cartografias coletivas e pelas ferramentas de georreferenciamento e elaboração de mapas colaborativos; (2) a temporal, por meio do levantamento, análise e representação da cronologia dos fenômenos investigados; (3) a conceitual-informacional, na qual o referencial teórico-metodológicos é produzido de modo compartilhado, processual e em rede; (4) a comunicacional ou de criação de redes, a partir do uso tático das redes sociais e dos canais de comunicação, atuando na instrumentação tecnopolítica⁶ dos movimentos sociais via produção de fanpage, blog, cartilhas, documentários e infográficos; e (5) a

⁶ Entende-se Tecnopolítica como o desenvolvimento colaborativo de tecnologia social aberta e reaplicável, baseando-se em iniciativas como o movimento *open source* (software livre) ou *peer to peer* (entre pares) que promovem o livre compartilhamento de conhecimento a partir de novos modelos de licenciamento de conteúdo. As ações de extensão do Indisciplinar estão, desse modo, focadas na experimentação e aplicação prática de plataformas de tecnologias digitais de comunicação.

de incidência política e formação, composta por aulas públicas e oficinas de formação popular junto às populações afetadas e movimentos sociais parceiros e, também, pela incidência direta junto aos órgãos de fiscalização, representação e controle.

Com a definição dessas dimensões, o grupo buscou construir e sistematizar as diretrizes cartográficas para as suas investigações. Partiu-se do pressuposto que o método cartográfico, ao se assumir como dispositivo de intervenção, abre uma possibilidade de atuação não direcionada, balizada por pressupostos definidos em ato. Com isso, os instrumentos cartográficos precisam ser construídos em sintonia com os acontecimentos e as demandas das lutas em ação no momento, visando os pontos cegos, a construção de redes e o agenciamento das oportunidades. Entende-se, assim, que será no encontro entre pesquisador e pesquisado que a produção de novos conhecimentos e novas subjetivações podem ser inventadas, tendo como baliza ética as seguintes diretrizes:

(1) Construir apostas políticas ao invés de hipóteses científicas. Assumir a não neutralidade do trabalho investigativo. Assume-se aqui que a pesquisa é política e para tal é necessário que haja uma abertura ao desconhecido e, ao mesmo tempo, um posicionamento ético claro, como por exemplo, no enfrentamento às políticas neoliberais que promovem a expulsão da população mais vulnerável de um dado território e/ou que violem direitos conquistados.

(2) Diferente do método - Meta-Hodos – científico tradicional que é uma maneira de proceder para cumprir objetivos, a cartografia deve ser um Hodos-Meta (KATRUP, 2009), possuir seu próprio caminho como objetivo. No caso dos processos destituíntes, as estratégias de luta devem ser organizadas e sistematizadas a partir das urgências percebidas e das oportunidades que surgiram. No que diz respeito aos processos constituintes, pretende-se que os problemas e as soluções sejam identificados coletivamente, no encontro do saber acadêmico com o saber não acadêmico, daqueles que habitam e produzem o espaço no cotidiano. Em ambos os casos, considera-se que os caminhos e as possibilidades não estão dados, ao contrário, precisam ser construídos coletivamente, com e a partir das diferenças e das disputas internas presentes nos grupos formados.

(3) Fazer-conhecer-transformar, cartografando os processos e construindo novos mundos ao mesmo tempo que se faz o mapa. O grupo entende a cartografia não apenas como uma ferramenta de mapeamento, de visibilização das características físico-materiais de um dado território, ou

mesmo das relações entre o grupo social diretamente envolvido numa dada disputa política, mas também como ferramenta de intervenção. Ou seja, a visibilização não se destina a construir diagnósticos, mas também, e talvez principalmente, construir acordos e estratégias de ação transformadora.

(4) Ao contrário da metodologia científica quantitativa e/ou observadora, trata-se de uma investigação que se constrói imbricando sujeito e objeto em processos experimentais. Em outras palavras, na relação pesquisador-pesquisado, ambos são sujeitos e objetos de uma ação compartilhada. A transformação pretendida não se organiza pela conscientização ou pela capacitação de uns pelos outros em uma via de mão única. A implicação precisa ser recíproca.

(5) Atuar espacialmente de maneira trans-escalar, intervindo nos pontos cegos das lutas, estudando e traduzindo de maneira sintética, por exemplo, as legislações complexas envolvidas nos GPUs - grandes projetos urbanos - junto aos movimentos sociais que atuam, em geral, em escala local. Essa diretriz esteve muito presente em processos destituíntes complexos, como os grandes projetos urbanos que se pretendeu implantar em Belo Horizonte em 2013, nos quais a participação de advogados foi fundamental para se entender e se rebater com argumentos jurídicos a sua efetivação.

(6) Funcionar como uma espécie de micropolítica que atua em diferentes escalas (micro e macro). Entende-se a micropolítica, não apenas em termos de escala territorial ou temporal, mas também como aquilo que precisa ser estudado e modificado tanto nos seus detalhes, quanto no contrapelo do discurso hegemônico.

(7) Trabalhar em rede com outros atores e não como assessores técnicos dos movimentos sociais. Essa diretriz foi elencada a partir da percepção de que os pesquisadores não devem ocupar o lugar do único ator da rede (LATOUR, 2012) que detém o saber legítimo e absoluto sobre as dinâmicas territoriais, mas que também não deve ter a sua posição apagada, em um processo de mediação no qual só lhe cabe atenuar os conflitos.

(8) Construir processos de investigação a partir da experiência das lutas, fazendo com que os instrumentos metodológicos sejam construídos em ato, de acordo com o jogo político em ação no momento. Em todas as ações relatadas no próximo tópico, a metodologia e os instrumentos de

investigação de campo foram sendo construídos a partir da dinâmica territorial que se pretendia intervir, sem pressupostos rígidos definidos a priori, mas com balizas ético-políticas claras.

(9) Constituir um processo de investigação assumidamente política, que não separa a teoria da prática. Desse modo, entende-se que não há uma teoria pronta a ser aplicada em um dado contexto social, mas uma teoria que se atualiza e se transforma a partir da prática nas disputas territoriais.

(10) Criar um ambiente de investigação que acolhe as inquietações provocadas pelas principais lutas urbanas, trazidas para o grupo por ativistas e militantes interessados em realizar projetos de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado. A presença de pós-graduandos que já atuam como ativistas e/ou militantes em lutas em curso na cidade tem sido fundamental para a introdução de pautas urbanas diversas, como por exemplo o questionamento de políticas de financeirização do território via PPPs, a afirmação de pautas ambientais e/ou ligadas às questões de gênero e/ou de raça.

(11) Potencializar a ubiquidade utilizando das tecnopolíticas (redes e ruas). Diretriz que afirma a importância da imbricação das tecnologias digitais com as estratégias de lutas urbanas situadas e comprometidas com a realidade da população mais vulnerável.

(12) Utilizar processos e dispositivos tecnopolíticos destituíntes e constituintes, táticos e estratégicos. Em vários momentos, há a prevalência dos processos que visavam se opor às políticas urbanas neoliberais em curso, com a produção de artigos acadêmicos e de material gráfico, tanto para o entendimento da população atingida por essas políticas, como também para apoio em audiências públicas organizadas por ocupantes de cargo público e parceiros. Em outras circunstâncias, os processos constituintes são mais enfatizados, aproveitando, inclusive a rede criada em torno dos processos destituíntes, no intuito de se construir proposições coletivamente, articuladas com a vida cotidiana dos territórios em disputa.

A seguir, as experiências extensionistas serão analisadas, com ênfase nos procedimentos adotados e nos desafios da extensão universitária frente aos conflitos urbanos.

3. ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA DO GRUPO INDISCIPLINAR

As primeiras ações do Indisciplinar em 2012, anteriores à sua formalização como grupo de pesquisa junto ao CNPq em 2014, decorrem do envolvimento de seus integrantes em ações de resistência a processos de produção espacial, sobretudo aqueles relacionados a inflexões na política urbana, que dialogam com processos globais de neoliberalização e financeirização da produção do espaço, e que foram, na escala local, intensificadas com a reeleição em 2012 do prefeito Márcio Lacerda (gestão 2009-2016). Neste período, a política urbana municipal, após um gradual processo de arrefecimento das políticas sociais e mecanismos de participação, enfatiza experiências de empresariamento da gestão e re-regulação da legislação urbana, com o objetivo de abrigar novos mecanismos de financiamento e parceria com setor privado. Na mesma época, em escala metropolitana, o Governo do Estado de Minas Gerais amplia seu protagonismo na criação das condições territoriais favoráveis à ação de novos agentes financeiros imbricados à atuação de incorporadoras, principais empreiteiras e proprietários de terra, consolidando modelo estratégico de reestruturação territorial orientado por grandes projetos urbanos (FREITAS, 2017) de alto impacto sobre áreas de fragilidade social e ambiental, acirrando conflitos e contradições. Vale destacar que, tal como anunciado pela 1ª diretriz cartográfica, o envolvimento do grupo foi assumidamente político, ao lado da população sujeita aos processos de gentrificação desencadeados pelos instrumentos urbanos neoliberais.

Trata-se, ainda, de um período caracterizado, em escala global, pela efervescência de novíssimos movimentos sociais (GOHN, 2014) constituídos por insurgências culturais e identitárias, por meio de nova geografia de resistência e contrapoder, conformando uma miríade de organizações, mobilizações e ativismos:

(...) transmutando, aos poucos (e com maior intensidade a partir dos anos 1990), de sistemas duros, militantes, arborescentes, centralizados e verticais, para sistemas fluidos, ativistas rizomáticos, dispersos e horizontais, ou seja, das lutas em tempo de capitalismo fordista e industrial localizado nos ambientes de trabalho produtivo, para as lutas em tempos de capitalismo pós-fordista e pós-industrial localizados nas metrópoles: do chão de fábrica para as ruas; dos sindicatos que lutavam contra os patrões proprietários das fábricas para os movimentos ativistas urbanos que ocupam as praças; das lutas de classe envolvendo classe proletariada e burguesia para as lutas por direitos e reconhecimento identitário e cultural. (NEVES et al., 2018, p.227)

Na escala local, a hibridação entre a militância clássica e o ativismo ligado aos novíssimos movimentos sociais, amplificada ao longo das Jornadas de Julho de 2013, resultou em diferentes modalidades de lutas territoriais, cuja cartografia não só permitia aos integrantes do Indisciplinar observar a produção do espaço urbano de Belo Horizonte pela perspectiva das lutas territoriais, como avançar na promoção, potencialização e colaboração com as redes de resistência ao Estado-capital. Importante ressaltar que a necessidade de incorporar pautas trazidas por atores de fora da acadêmica permitiu ao grupo sistematizar algumas das suas diretrizes cartográficas, tais como, a importância de se trabalhar em rede e a necessidade de se construir instrumentos tecnopolíticos.

Entre os projetos propostos pelo poder executivo neste momento, o de maior impacto foi a Operação Urbana Consorciada Nova BH (em construção desde 2010, divulgado em 2012 e mais tarde ampliada e renomeada OUC ACLO), cujo objetivo era uma reestruturação territorial que condensasse um novo modelo de política urbana local orientado por parcerias com o capital privado e re-regulação urbanística. Esse projeto gerou uma primeira mobilização - #NãoVaiTerNovaBH⁷ - ampla e agenciada pelos pesquisadores do Grupo Indisciplinar com uma rede de pesquisadores, militantes, ativistas e técnicos do legislativo e do executivo. Os diversos projetos orientados por essa agenda, e os impactos decorrentes, deram corpo e visibilidade a um conjunto de resistências, entre outras, os movimentos Praia da Estação e Duelo de MCs, que atuavam próximos tendo a Rua Aarão Reis conectando a Praça da Estação com o Viaduto Santa Tereza⁸, o Fica Vila Dias⁹ e o Fica-Ficus¹⁰. Cabe mencionar que, em paralelo à OUC, as obras de duplicação da Av. Antônio Carlos, a Linha Verde, o novo sistema de BRT, entre outras intervenções, bem como o modo como se

⁷ Ver artigo sobre a atuação na construção da luta #NãoVaiTerNova BH: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus14/?sec=4&item=2&lang=pt>. Acesso em: 12 de março de 2019.

⁸ Ver artigos que tratam da atuação na região central de Belo Horizonte: <http://blog.indisciplinar.com/wp-content/uploads/2015/10/zona-cultural-urbanismo.pdf>;

⁹ Sobre Fica Ficus, Vila Dias e #NãoVaiTerNova BH: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus14/?sec=4&item=2&lang=pt>. Acesso em: 12 de março de 2019. Acesso em: 12 de março de 2019.

¹⁰ Sobre "Natureza Urbana e Tecnopolíticas Indisciplinares" sobre o tema: <http://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=Artigos>. Acesso em: 12 de março de 2019. Ver blog do projeto Natureza Urbana com narrativas cartográficas desenvolvidas pelo grupo: <http://naturezaurbana.indisciplinar.com/revista-natureza-urbana/>. Acesso em 12 de março de 2019

articularam à corrida por reestruturação associada à Copa de 2014, amplificavam as contradições da ação do poder público e os processos de exclusão socioespacial em curso.

Destaca-se que os instrumentos cartográficos utilizados nesse período foram variados, desde a elaboração de cartilhas e pôster de linguagem acessível e cuidado gráfico, buscando atingir a grupos não especializados nos assuntos abordados, até a construção de dossiê técnico e rigoroso, entregue a promotoria para o encaminhamento do processo de impedimento da efetivação da operação urbana Nova BH.

Figura 01. Material produzido para as ações relacionadas às primeiras lutas urbanas envolvendo o #NãoVaiTerNovaBH, o Fica Ficus, o Fica Vila Dias e AOcupação Cultural.



Fonte: Acervo do Grupo Indisciplinar UFMG.

A participação de integrantes do Indisciplinar nesses movimentos estimulou, em fevereiro de 2014, a organização do evento extensionista “Cartografias Biopotentes”, seminário voltado para aglutinar formas de cartografar a cidade e suas dinâmicas biopolíticas territoriais. O formato do evento abrigou um conjunto de oficinas de produção cartográfica, a saber: “Mapeando o Comum

em BH”, “Entre Muros”, “Cartografia Afetiva Vila Dias” e “Fazer-Trabalhar”¹¹. No mesmo ano, a experiência com as cartografias avançou com a participação nos eventos “Multitude” e “Mappings The Commons”, ambos realizados em São Paulo; e a investigação e aplicação das tecnologias digitais teve continuidade nos eventos “Cartografias do Comum”, “Multiplicidades”, “Tecnopolítica, democracia e urbanismo tático” e “Cidade Eletronika: Tecnopolítica do Comum: Artes, Urbanismo e Democracia”¹². A partir dessas experiências, foram traçadas as diretrizes sobre os instrumentos cartográficos e tecnopolíticos a serem desenvolvidos pelo grupo, visando tanto um rigor acadêmico, quanto uma maior acessibilidade das informações construídas coletivamente, com foco nas estratégias de divulgação e mobilização e, portanto, com linguagem gráfica que pudesse ser compreendidas por um público amplo.

Figura 02. Material produzido nas cartografias relacionadas ao evento Cartografias do Comum.



Fonte: Acervo do Grupo Indisciplinar UFMG

¹¹ As ações resultaram no projeto de extensão “Cartografias Emergentes” e disciplina homônima. Para mais informação ver: <http://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=Eventos>. Acesso em 12 de março de 2012.

¹² As ações resultaram na criação da rede “Tecnopolítica: território urbano e redes digitais” e do projeto de extensão “Compartilhamento e Distribuição do Comum”. Para mais informação ver: https://wiki.indisciplinar.com/webdav/publicacoes/Artigo_Cartografias_do_Comum-RENA.pdf. Acesso em 11 de abril de 2019.

Esse primeiro ciclo de atuação do Indisciplinar foi caracterizado pelo esforço de aproximação e articulação entre grupos ativistas e militantes, conforme anunciado em uma das diretrizes elencadas. A atenção do grupo esteve voltada tanto para aos processos destituíntes quanto os constituintes das lutas urbanas, alimentando, assim, o interesse em acolher e potencializar o maior número de pautas de insurgência em curso, e em fomentar os debates conceituais e metodológicos para além da análise empírica das lutas da cidade. É interessante observar que as primeiras dissertações produzidas utilizando o processo cartográfico do grupo envolveram movimentos sociais e mobilizações urbanas, e foram realizadas concomitantemente as lutas, de forma colaborativa, buscando, inclusive, adotar modos menos acadêmicos para construir e registrar os processos cartografados¹³.

Desse modo, é possível dizer que, de um lado, a institucionalização das primeiras ações de extensão surgiu alinhada à complexa e instável temporalidade das lutas, à demanda por um envolvimento mais próximo aos movimentos e ao aprofundamento conceitual em torno de suas pautas¹⁴. Por outro lado, para garantir que o envolvimento nas lutas se desse com maior aprofundamento e rigor conceitual, novas ações foram criadas ou ampliadas de acordo com a atuação requerida. O primeiro grupo de ações desse ciclo decorreu da atuação junto ao movimento Resiste Izidora e da atuação em lutas ecológicas e ambientalistas ao longo de 2014 e 2015, incluindo a criação da Rede Verde¹⁵. Orientado pela percepção de que a temática ambiental estava presente em diversos conflitos, demandando a ampliação de sua conotação política e sua interface com as questões sociais relacionadas à luta pela moradia, ativismos urbanos e processo de segregação

¹³ Ver as dissertações de: Paula Bruzzi Berquó, Joviano Mayer e os artigos: (i) Biopolíticas espaciais gentrificadoras e as resistências estéticas biopotentes; (ii) Zona Cultural e Urbanismo Neoliberal; (iii) Cartografia indisciplinar do conflito da Izidora em Belo Horizonte e (iv) Nós entre tramas: cartografia indisciplinar na Izidora, disponíveis na página do Indisciplinar.

¹⁴ A estratégia para manter o acolhimento de novas pautas foi a criação, em 2014, do projeto de extensão “Cartografias Emergentes”, que ainda hoje funciona como incubadora de pautas relacionadas a projetos de mestrado e doutorado, ou a demandas específicas de movimentos sociais, que podem, caso a demanda pontual se desdobre em tema mais amplo, inaugurar novos projetos de extensão ou ser incorporadas por projetos existentes.

¹⁵ Mais informação em: <https://www.facebook.com/RedeVerde-1536646969929195/>. Acesso em 12 de março de 2019.

socioespacial, o Indisciplinar ampliou sua estrutura institucional¹⁶ e intensificou a promoção de aulões e produção gráfica¹⁷ e videográfica¹⁸ com os movimentos ativistas e militantes parceiros. Em 2016, por exemplo, o evento “Natureza Urbana e Produção do Comum” foi fundamental para essa ampliação¹⁹, na medida em que se promoveu a aproximação dos movimentos ambientais da cidade (Parque JA²⁰, Mata do Planalto) com os de outras cidades (Parque Augusta), e a articulação destes com importantes movimentos culturais do país (Espaço Comum Luiz Estrela²¹ e o Ocupe Estelita²²) e com movimentos de luta por moradia (MLB e Brigadas Populares).

Uma importante estrutura organizacional adotada neste momento foi a subdivisão do Grupo em dois eixos de trabalho: o eixo e *high tech*²³ – abrangendo as ações que utilizam a tecnologia digital, blogs, mapas colaborativos e georreferenciados, apps de celular e as redes na internet com maior intensidade – e o eixo *low tech* – abrangendo práticas artesanais e incorporando a autogestão dos espaços e ações colaborativas desenvolvidas dentro de uma lógica tática de confecção dos próprios utilitários, mobiliário, e arquitetura. Pertencem ao segundo eixo de ação, as ações que atuam para além das forças hegemônicas de produção e mercado, atentas às invenções potentes no cotidiano, engendradas taticamente por quem mora e trabalha no território para resolver questões pertinentes à produção social do espaço, seja na escala do corpo, da moradia e/ou da cidade. Ainda que o método cartográfico pressuponha uma não hierarquização de saberes e práticas, justifica-se a

¹⁶ Neste momento são criados três novos projetos de extensão – “Cartografia das Lutas”, “Natureza Urbana” e “Artesanias do Comum” – que passam a se vincular a um novo Programa de Extensão, o INDLAB – Laboratório Nômade do Comum.

¹⁷ Revista realizada com atores envolvidos, ver: <http://naturezaurbana.indisciplinar.com/revista-natureza-urbana>.

¹⁸ Vídeos produzidos: <http://naturezaurbana.indisciplinar.com/videos/>

¹⁹ Ver: https://www.facebook.com/pg/indisciplinar.ufmg/photos/?tab=album&album_id=950945991663564

²⁰ Narrativa cartográfica sobre a luta do Parque JA: <http://naturezaurbana.indisciplinar.com/o-parque-jardim-america/>. Acesso em 12 de março de 2019.

²¹ Fanpage do Espaço Comum Luis Estrela: <https://www.facebook.com/espacoluiwestrela/>. Acesso em 12 de março de 2019.

²² Fanpage do movimento: <https://www.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita/>. Acesso em 12 de março de 2019.

²³ Ver “Grupo de pesquisa indisciplinar: método, ativismo e tecnopolítica na defesa dos bens comuns urbanos”: <http://contested-cities.net/working-papers/wp-content/uploads/sites/8/2016/07/WPCC-165524-RenaS%C3%A1BrandaoFranzoni-GrupodePesquisaInterdisciplinar.pdf>>. Acesso em 11 de abril de 2020.

diferenciação entre alta tecnologia e baixa tecnologia enquanto frente de ação, uma vez que mobiliza métodos, processos, temporalidades e agentes diversos no cotidiano das atividades extensionistas.

Abrindo o segundo ciclo das ações extensionistas do Indisciplinar, no início de 2016, os princípios do eixo *low tech* orientaram o projeto paisagístico urbanístico do “Parque das Ocupações do Barreiro”²⁴, desenvolvido com o MLB, movimento que coordena duas das cinco ocupações existentes em uma grande gleba localizada na região do Barreiro, em Belo Horizonte. Nessa gleba, além das ocupações, tem-se uma grande área de preservação ambiental e algumas indústrias. Estrategicamente optou-se pela hibridação das pautas da luta pela moradia com a pauta ambiental, por meio da nomeação de “parque” para a toda a gleba, e assim promover tanto a preservação do verde e recuperação das nascentes, como a urbanização das ocupações. Desde então o projeto urbanístico e paisagístico do parque vem sendo desenvolvido pelos integrantes do Indisciplinar junto aos coordenadores do MLB, a partir de diretrizes socioambientais que incluem a discussão sobre a Trama Verde e Azul Metropolitana²⁵ (por meio de arborização intensa das ruas das ocupações e recuperação das nascentes), associada à valorização da prática cotidiana dos habitantes das ocupações.

Importante ressaltar que o projeto do parque não só inaugura o eixo *low tech*, como também reforça a ação do Indisciplinar em processos constituintes, e conseqüentemente, convoca o grupo envolvido a se debruçar na construção de instrumentos de entendimento e intervenção nos territórios que funcionem como “máquinas de ver e falar” voltados para os moradores e moradoras daquele território. Desse modo, houve aqui um reforço da cartografia como abordagem teórica-metodológica do grupo, na medida em que os instrumentos usados nos mapeamentos coletivos possibilitaram a visualização de uma relação mais complexa dos habitantes das ocupações com a natureza circundante, que via de regra é anunciada como sendo apenas predatória e de subtração. O

²⁴ Para mais informações acessar: <http://naturezaurbana.indisciplinar.com/parque-das-ocupacoes/>

²⁵ Trama Verde Azul é um conceito inserido no Macrozonamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (MZ-RMBH) em 2015 e consiste em uma rede que busca articular, em escala metropolitana, conexões ecológicas, recuperação de áreas degradadas, patrimônio histórico, agricultura urbana, mobilidade, entre outros elementos por meio de políticas, programas e projetos metropolitanos e locais. Maiores informações no site www.rmbh.org.br.

mapeamento dos jardins, hortas e pomares trouxe à tona uma relação econômica, baseada na subsistência e na troca de excedentes, e também afetiva, ligada à memória e ao cuidado com as plantas cultivadas. Vale lembrar que há um entendimento no grupo que os instrumentos cartográficos devem ser construídos visando tanto a visualização das fragilidades, como também as suas potencialidades, no intuito de não se fazer tábula rasa com as soluções já em curso no território. Aposta-se que será na articulação do saber acadêmico ao saber não-acadêmico que os acordos e estratégias deverão ser construídos coletivamente. Assim, diante do entendimento de que a natureza subtraída retornava ao território sob a forma de jardins, hortas e pomares, as plantas mapeadas foram incorporadas ao projeto de arborização das ruas, junto com as espécies nativas identificadas na área de preservação. Além dessas, o grupo propôs o plantio de árvores cujo corte é impedido por lei, como estratégia política de reciprocidade do direito daquelas pessoas permanecerem ali.

Ao longo desse tempo, parcerias foram sendo articuladas para a efetivação do parque, por exemplo, com a COPASA (Concessionária de água e Esgoto de Minas Gerais) e com a URBEL (Empresa Urbanizadora de Belo Horizonte). Tal articulação permitiu que no fim de 2018 fossem plantadas 60 mudas nas ruas da Ocupação Paulo Freire, doadas pela concessionária e pelo coletivo Boi Rosado.

Figura 03: Cartografias do Parque das Ocupações



Fonte: Acervo do Grupo Indisciplinar UFMG.

No segundo semestre de 2016, ocorreu a aproximação do Indisciplinar com o movimento feminista Olga Benário e das integrantes da Casa Tina Martins – casa de referência para a mulher em situação de violência. Essa aproximação foi facilitada porque o MLB e o Olga Benário fazem parte do mesmo grupo político, organizado em torno de um antigo partido de esquerda criado à época da ditadura, o PCR (Partido Comunista Revolucionário). Desse modo, as pautas do feminismo e da luta por moradia já estavam sendo articuladas com as mulheres das ocupações urbanas, e as ações do grupo de pesquisa junto à Casa Tina Martins foi um desdobramento lógico. Também aqui foram construídos instrumentos cartográficos, visando o mapeamento das demandas espaciais do coletivo, para a elaboração de um projeto arquitetônico feita de forma participativa e colaborativa, seguido de mutirão para a execução das propostas desenvolvidas. Tratou-se, pois, de um processo cujos acordos sobre as intervenções feitas na casa foram possíveis graças à construção de instrumentos cartográficos potentes e à proximidade física (a Tina Martins se localiza a menos de um quarteirão da Escola de Arquitetura) e afetiva com as mulheres envolvidas na coordenação da casa. As separações entre teoria e prática e entre pesquisador-pesquisado foram totalmente embaralhadas nesse processo.

Figura 04. Processo cartográfico para intervenção na Casa de Referência Tina Martins



Fonte: Acervo do Grupo Indisciplinar UFMG.

Em 2016, a pauta feminista foi novamente incorporada ao grupo a partir da pesquisa de mestrado “Feminismo negro e produção do espaço: as ocupações urbanas em uma abordagem interseccional-espacial” da pesquisadora Natália Alves da Silva, militante ligada às moradoras da Ocupação Rosa Leão, localizada na região da Izidora. Vale lembrar aqui que algumas das pautas em ação no grupo foram trazidas por militantes, que escolheram o Indisciplinar para desenvolver sua pesquisa de pós-graduação, como já mencionado na listagem das diretrizes cartográficas.²⁶

No ano seguinte, o Indisciplinar organizou um seminário com a temática do feminismo, dentro da programação de um festival de arte e cultura, que acontece anualmente em Belo Horizonte, o Verão Arte Contemporâneo (VAC). As palestras proferidas provocaram debates com a participação ativa de um público bastante variado, tendo em vista que o festival acontece sempre em janeiro e fevereiro, ou seja, fora do calendário acadêmico.

Nesse mesmo ano, diante de uma demanda por um espaço de referência para as mulheres da ocupação Rosa Leão, a ZOCA (Zona Ocupada de Cultura e Arte), uma nova disciplina de graduação foi oferecida por professoras do Indisciplinar, onde se propôs a construção de uma linha do tempo interativa, a partir da qual as mulheres puderam falar sobre as suas experiências de luta naquele território e as transformações físicas e subjetivas ocorridas em cada uma. Além dessa dinâmica, foi proposta a elaboração de um retrato falado da Rosa Leão, já que não havia ali nenhum registro fotográfico daquela que dava o nome à ocupação. Esse retrato foi transformado em um estandarte, bordado pelas moradoras e por integrantes do Indisciplinar, e junto com a linha do tempo e de fotos das mulheres da ocupação fizeram parte de uma exposição no hall da Escola de Arquitetura. Todas essas ações tiveram como objetivo a construção efetiva da ZOCA e também a construção de contra-narrativas sobre as mulheres de ocupação que, para o senso comum, são apenas mulheres pobres e invasoras. As dinâmicas cartográficas e a exposição puderam colocar em discussão os enunciados e as visibilidades de uma realidade mais complexa, na qual as agruras e as

²⁶ Este é o caso da pesquisa de doutorado “O direito & e o direito: estórias da Izidora contadas por uma fabulação jurídico-espacial” de Julia Franzoni, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais em 2018.

opressões estão ao lado da força e de uma capacidade inventiva frente às imposições do poder capitalista e patriarcal.

Figura 05: Processo cartográfico com as mulheres da Ocupação Rosa Leão



Fonte: Acervo do Grupo Indisciplinar UFMG.

No final de 2016, motivado pelo interesse de abordagem transversal das críticas formuladas aos processos de neoliberalização da política urbana local presente nas pautas de militância e ativismo cartografadas, o Indisciplinar avança na investigação dos Projetos de Parceria Público-Privada, perfil de agentes investidores, agravamento da assimetria de poder no campo da produção do espaço e empresariamento urbano, sempre de modo articulado às lutas urbanas e movimentos sociais parceiros. Este momento coincide com a intensificação dos esforços estaduais e municipais de fomentar instrumentos de parceria com o capital privado em frentes como a criação do grupo

gestor de PPPs no Governo de Minas Gerais, a ampliação de poder da PBH Ativos²⁷, o aumento no número de Operações Urbanas Simplificadas em Belo Horizonte, sobretudo nas regiões de Izidora²⁸, Santa Tereza²⁹ e Zona Cultural na Área Central³⁰.

Na sequência, em 2017, a crítica ao neoliberalismo aparece de modo mais explícito na organização do evento “A razão neoliberal ataca o território: gentrificação e recolonização na produção do espaço”; no lançamento do blog InDebate; na participação no projeto de pesquisa nacional “Financiamento do desenvolvimento urbano, planejamento, inclusão socioterritorial e justiça social nas cidades brasileiras”; e na realização de duas sessões livres “Ativismo Urbano: novas formas de conflitos territoriais” e “Resistências urbanas biopotentes” no XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ENANPUR.

Os esforços de articulação entre as frentes de neoliberalização a partir da perspectiva das resistências, a produção tecnopolítica, e a produção do comum possibilitaram a realização do I Seminário Urbanismo Biopolítico³¹, em novembro de 2017, por meio do qual se atingiu um maior público e maior complexidade para o debate, consolidando caminhos de investigação e ampliando o leque de abordagens e diálogos possíveis. A segunda edição do seminário foi realizada em julho de 2018, cujas discussões geraram a publicação de um e-book por Rena et al (2018), e a terceira edição em agosto de 2019.

²⁷ Ver narrativa cartográfica do Indisciplinar sobre a PBH Ativos: <http://pub.indisciplinar.com/financeirizacao/>. Acesso em 12 de março de 2019. Ver também a fanpage do #SomosTodosContraAfinanceirizacaoDoEstado: <https://www.facebook.com/todoscontraphativos/>. Acesso em 12 de março de 2019.

²⁸ Ver fanpage: <https://www.facebook.com/resisteizidora/>. Acesso em 12 de março de 2019. Ver também narrativa cartográfica do projeto Plataforma Urbanismo Biopolítico: <http://pub.indisciplinar.com/izidora/>. Acesso em 12 de março de 2019. Ver também artigo sobre a OUC Isidoro na revista Indisciplinar “Nós entre tramas: cartografia indisciplinar na Izidora”: <http://wiki.indisciplinar.com/download/003.pdf>. Acesso em 12 de março de 2019.

²⁹ Ver narrativa cartográfica do Indisciplinar sobre a atuação em Santa Tereza: <http://pub.indisciplinar.com/santa-tereza/>. Acesso em 12 de março de 2019

³⁰ Ver narrativa cartográfica sobre a atuação do grupo na Zona Cultural de Belo Horizonte: <http://pub.indisciplinar.com/zona-cultural/>. Acesso em 12 de março de 2019

³¹ Ver: https://drive.google.com/file/d/1QJjhuk8zjYviqMkqLPLGN_ufNgSEnqkR/view. Acesso em: 13 de março de 2019.

Dando continuidade às ações instituintes do eixo *low tech* junto aos movimentos sociais, no segundo semestre de 2017, por meio de parceria com uma empresa vizinha às ocupações do barreiro, a doação de um ônibus ao MLB orientou um processo participativo envolvendo alunos da Escola de Arquitetura, funcionários da empresa e habitantes das ocupações, que incluiu a inserção de um toldo em uma das laterais do ônibus para a projeção de filmes nas ocupações, e a pintura da lataria com palavras fortes mapeadas junto aos coordenadores do MLB. Entende-se que mais uma vez o grupo atuou em um processo instituinte buscando hibridar pautas, dessa vez, a pauta da luta da moradia com a da mobilidade urbana e a do direito à cidade. A entrega do ônibus aos habitantes das ocupações Eliana Silva e Paulo Freire foi feita em fevereiro de 2018.

Figura 06: Processo Cartográfico para a intervenção no ônibus MLBus



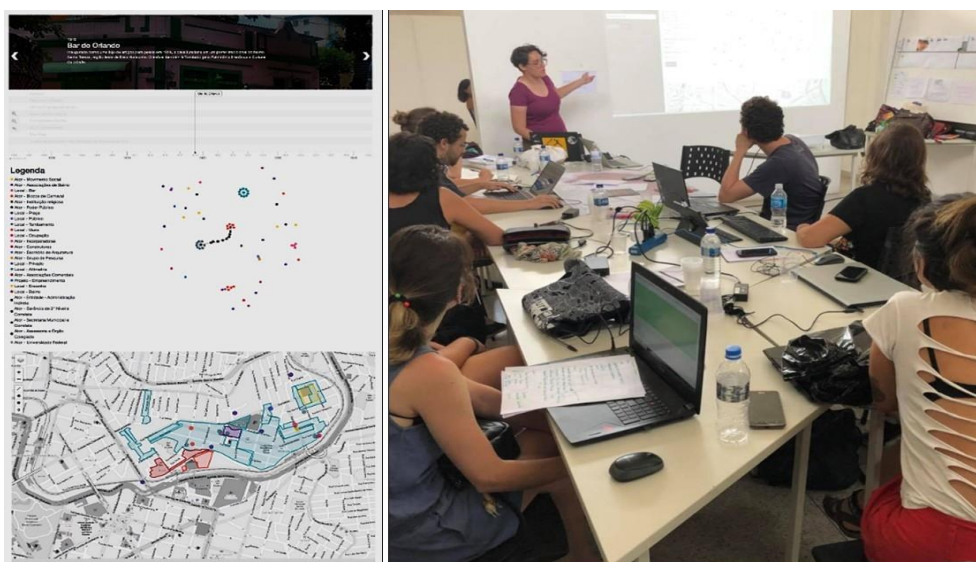
Fonte: Acervo do Grupo Indisciplinar UFMG

A produção cartográfica de viés tecnopolítico, dialogando com a problematização das frentes de ação, consolida, no início de 2018, a plataforma IndAltas que, por meio da oficina "Microinvenções urbanas: tecnopolíticas do cotidiano para reinventar as cidades"³², cartografa

³² Ver: <http://pub.indisciplinar.com/santa-tereza/>. Acesso em 12 de março de 2019.

determinado território urbano atrelando linha do tempo, mapa e rede de atores envolvidos nas disputas territoriais. Outro esforço de articulação de pautas decorrentes de diferentes linhas de ação é a curadoria do seminário "Comum | Público. Monólogos 7 X 7", no qual professoras, pesquisadoras associadas e movimentos sociais parceiros proferiram monólogos abordando o tema.

Figura 07: Oficina "Microinvenções urbanas: tecnopolíticas do cotidiano para reinventar as cidades" utilizando a plataforma IndAtlas no Cidade Eletronika de 2018 que ocorreu no Bairro Santa Tereza.



Fonte: Acervo do grupo Indisciplinar.

Sobre as ações afinadas com a luta contra os preceitos neoliberais - processos destituíntes – ocorreu, a partir de 2016, uma ampliação na escala de atuação do grupo, que passou da escala metropolitana para uma escala de investigação nacional, em função do seu envolvimento com os atingidos pelo desastre-crime de Mariana ocorrido em novembro de 2015. Com a entrada no grupo de uma pesquisadora de pós-graduação³³ interessada em investigar o desastre-crime, foi aberta uma nova frente de ação “Cartografia do Rio Doce”, a partir da qual se firmou parceria com o Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), criando a Plataforma Cartografias do Rio Doce. A Plataforma Cartografias do Rio Doce emergiu da necessidade de acompanhar os inúmeros

³³ Atualmente esta Frente de Ação faz parte do projeto Cartografias Emergentes. Mais informações na fanpage: <https://www.facebook.com/Cartografias-Emergentes-do-Rio-Doce-271736776813014/> ou no site/plataforma: <http://cartografiasdoriadoce.indisciplinar.com/> .

desdobramentos judiciais, institucionais e de resistência do desastre-crime da Samarco, Vale e BHP Billiton, deflagrado pelo rompimento da Barragem de Fundão. O desastre-crime trouxe à tona uma gama variada de embates, pelo controle do território e da informação, pela centralidade nos espaços de decisão, pela narrativa e pelos números que mensuram sua proporção.

De forma assimétrica, as empresas assumem posição de protagonismo na condução das ações por meio dos veículos de massa, negociações e acesso privilegiado a informações e documentos sigilosos, contrastando com o lugar subalterno relegado aos atingidos que sofrem a expropriação de seus territórios, direitos e histórias. A plataforma tem como intenção questionar dados, informações e narrativas que se contraponham ao domínio corporativo, constituindo-se, portanto, uma ação contra-hegemônica de produção de novas narrativas a partir de uma perspectiva da universidade junto aos movimentos e atingidos. O ponto de partida deste trabalho foi a compilação dos acontecimentos e documentos em linha do tempo, iniciada de forma colaborativa com o grupo de trabalho vinculado ao Programa Participa. Expandindo tais esforços, a plataforma tem como proposta a sistematização de conteúdo em mapas, textos, linha do tempo e diagramas a fim de propiciar uma leitura facilitada e sistêmica do desastre-crime, bem como, visibilizar a problemática. A ideia é que a ferramenta possa ser atualizada com material produzido nas atividades de pesquisa, ensino e extensão, e também se abrir a contribuições de parceiros.

Mais à frente, a partir do golpe de estado no Brasil, efetivado com o impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff em setembro de 2016, o Indisciplinar passou também a investigar questões de ordem mundial e de interesses transnacionais, inaugurando o terceiro ciclo do grupo. Em 2018, foi criado o projeto extensionista “Geopolítica e Cidades” e o projeto de pesquisa “Geopolítica e Território”, demarcando sua aproximação com o GT do Projeto Brasil Popular, denominado BR Cidades, que dialoga com o Projeto Brasil, especialmente com o GT nacional de Reforma Urbana, junto ao LabHab da USP e aos movimentos sociais e organizações vinculados à Frente Brasil Popular. Tal aproximação, além de aprofundar a investigação das frentes de neoliberalização, permite uma ação sobre o campo político e geopolítico, em escala ampliada para além dos territórios de lutas urbanas da cidade de Belo Horizonte. Foram sendo incorporadas estratégias cartográficas de investigação trazendo também as conexões dos movimentos de luta

locais e suas relações com financiamentos internacionais de grupos geopolíticos diversos, com interesses econômicos muito claros nos territórios brasileiros. Aos poucos as investigações do grupo foram ganhando, portanto, uma transescalaridade que vem sendo incorporada, inclusive, em pesquisas de mestrado e doutorado. O debate sobre neoliberalismo se estende ao debate sobre a importância da soberania nacional popular ao se aproximar dos movimentos da Frente Brasil Popular já que possuem pautas muito claras com relação à defesa da soberania brasileira como: defesa da autodeterminação dos povos e democracia, defesa de emprego, de direitos sociais mais amplos, para além dos direitos humanos individuais.

Neste sentido, utilizando uma ferramenta importante para o grupo de pesquisa, o Conselho Editorial da Revista Indisciplinar decidiu lançar o tema da Soberania Nacional para o número 07 da revista no intuito de levantar o debate sobre a soberania de forma coletiva e ampla. Portanto, realizou-se uma curadoria específica para esta edição envolvendo temas como geopolítica, territórios, soberania. Uma das ações foi convidar para a entrevista de abertura da revista um militante aliado ao projeto de extensão “Cartografias Emergentes do Rio Doce”, Joceli Andrioli, da coordenação nacional do MAB³⁴. Joceli apresentou sua visão sobre os mecanismos geopolíticos envolvendo a produção de territórios, a partir de experiência com a luta dos atingidos por barragens, hidrelétricas, discutindo os impactos territoriais destas grandes infraestruturas energéticas. Nesse contexto, também foi realizado um Seminário vinculado à disciplina Cartografias do Rio Doce para discutir Geopolítica, Mineração e Território, abrindo o processo de ensino em sala de aula para toda a comunidade.

³⁴ Entrevista disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=hvNYHNEkh8A>>

Figura 08. Cartaz e debate realizado na Escola de Arquitetura da UFMG e entrevista com Joceli Andrioli, coordenação nacional do MAB, parceiros do Indisciplinar



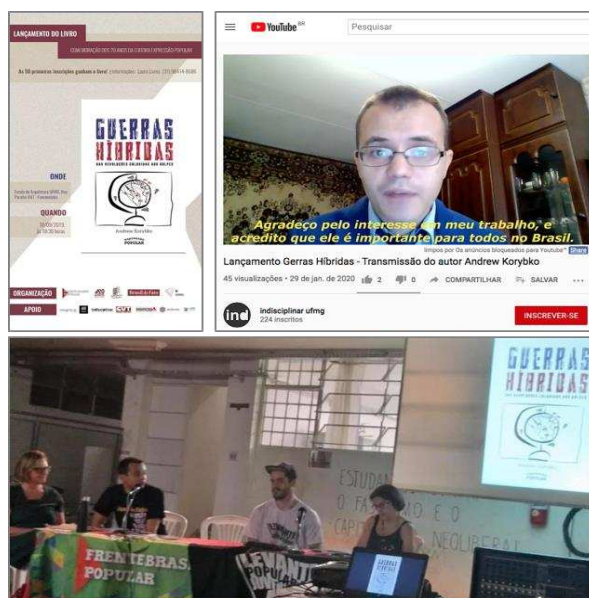
Fonte: Revista Indisciplinar (2018), v.4, n.2. Belo Horizonte, Fluxos.

A criação de ambientes de debates, troca de informação e produção de conhecimento com parceiros de movimentos envolvidos com as disputas nacionais vinculados à Frente Brasil Popular tem sido fundamental para o grupo expandir os horizontes das disputas territoriais, do local ao global, de forma articulada e trans-escalar. Neste sentido, muitos pesquisadores do Indisciplinar vêm participando como integrantes dos GTs do Projeto Brasil coordenado pela Frente.

Além disso, há uma ampliação de eventos junto aos parceiros da Frente, como a Editora Expressão Popular, que realizou o lançamento do livro "Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes" do investigador internacional Andrew Korybko, que enviou, especialmente para o lançamento na Escola de Arquitetura, um vídeo gravado por ele desenvolvendo uma fala sobre as relações da Guerra Híbrida com o golpe realizado no Brasil em 2016. Foi uma ação importante na Escola de Arquitetura da UFMG junto à editora vinculada ao MST, Expressão Popular, e contou com a parceria entre o grupo Indisciplinar, o jornal Brasil de Fato e diversos sindicatos. Esta ação fez parte do projeto de extensão "Geopolítica e Cidades" e do projeto de pesquisa "Geopolítica e

Territórios”, ambos sob coordenação da professora Natacha Rena que fez parte da mesa de debate sobre o livro com a militante e pesquisadora do Instituto Tricontinental e militante da Frente Brasil Popular, Ana Penido.

Figura 09: Lançamento do "Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes"



Fonte: Foto Brasil de Fato e print do vídeo na página do Indisciplinar

Como forma envolver o debate ampliado sobre Território e Geopolítica, o grupo também incluiu no III Seminário Urbanismo Biopolítico em Belo Horizonte no ano de 2019 o eixo Geopolítica e Territórios, tendo também na palestra de encerramento do evento a pesquisadora Yazmin Vázquez³⁵, do Centro de estudos hemisféricos y sobre Estados Unidos (CEHSEU). Nesse interim entre 2019 e 2020, poderíamos citar também a participação de pesquisadores do grupo no encontro em Cuba para apresentar projetos cartográficos relativos às lutas territoriais em escala ampliada, incluindo suas conexões geopolíticas globais num encontro denominado Diálogos Cuba Brasil na Universidad de La Habana em setembro de 2019. A partir desse encontro, gerou-se uma nova parceria de investigação com o CEHSEU para realização de

³⁵ Link para o streaming da palestra: <<https://www.facebook.com/indisciplinar.ufmg/videos/1561969610605639/>>. Acesso em 11 de abril de 2020.

pesquisas avançadas conectando lutas urbanas e geopolítica e para a articulação de ações extensionistas do grupo com o MST (Movimento dos Sem Terra). São atividades que a Universidad de La Habana participa, tanto em Cuba quanto no Brasil, em parceria com o ALBA³⁶, o Foro de São Paulo e o Instituto Tricontinental³⁷, que articulam pensadores envolvidos com movimentos populares em todo o mundo.

4. CONCLUSÕES

A partir da sistematização cronológica das ações extensionistas relatadas nesse artigo, é possível afirmar que o Indisciplinar possui uma configuração dinâmica, pautada pela temporalidade insurgente dos processos, e que, ao mesmo tempo em que atua no desdobramento destes processos, busca levantar e articular uma série de questões que precisam ser enfrentadas no calor das lutas. Entretanto, é preciso destacar que as diretrizes cartográficas enumeradas no segundo tópico desse artigo foram sendo construídas a partir de experiências reais das lutas urbanas, e, por isso, algumas dessas diretrizes estiveram mais evidentes em um dado contexto político, quando, por exemplo, os processos destituíntes eram mais urgentes, e outras aparecem com mais vigor em outras circunstâncias, quando já se percebia uma conjuntura favorável a construção de proposições coletivas. Ou seja, na formulação das diretrizes não se pretendeu a construção de uma cartilha ou de um manual a serem seguidos pelos pesquisadores do grupo, mas uma sistematização de condutas éticas e políticas que pudessem balizar as ações extensionistas, em um formato aberto e dinâmico. Esse formato, inclusive, permite se elencar aqui algumas das inquietações atuais do grupo.

Com relação às ações destituíntes, o enfrentamento das políticas urbanas de cunho neoliberal por meio das ações de mobilização, registro e denúncia de irregularidades afetaram o curso das lutas, embora esse tipo de avaliação demande estudo mais detalhado, sobretudo por se tratar de processos de maior temporalidade e permeabilidade a determinações do campo econômico e político. No entanto, dois resultados dessa atuação poderiam ser destacados. O primeiro, a

³⁶ Site do Alba Movimentos: <http://www.albamovimientos.org>

³⁷ Site do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social: <https://www.thetricontinental.org>

constatação da importância de constituir redes entre profissionais de diferentes campos acadêmicos, para além da arquitetura e urbanismo, incluindo advogados, geógrafos, economistas, entre outros, articulados em torno de produtos e representações institucionais que atuem em diferentes momentos do processo. O segundo, o papel de desvelamento das estratégias discursivas dos agentes, sobretudo do poder público e campo técnico especialista, identificando as variações de linguagem, e atuando na visibilização e transparência do processo para movimentos sociais e grupos atingidos.

Outra inquietação do grupo se refere à proliferação das pautas identitárias, que, ao se organizarem de forma difusa e em fluxo oscilante, conseguem se infiltrar nas “brechas” do sistema de poder, como aconteceu na Casa Tina Martins e na ZOCA, com relação as pautas feministas, e como vem acontecendo no Parque das Ocupações, no que se refere a hibridação das pautas ambientais e de luta por moradia. Entretanto, é possível localizar um efeito colateral preocupante da proliferação do identitarismo, relativo à dificuldade de se aglutinar como corpo político coeso, necessário em situações nas quais há um inimigo comum, como aconteceu no golpe parlamentar no Brasil em 2016.

A terceira inquietação vem da percepção que a autonomia de decisão, tão cara aos movimentos ativistas e militantes, resulta muitas vezes em ônus financeiro para os movimentos, na medida em que esses acabam arcando com os custos de suas ações e intervenções ligadas à resistência. Isso aconteceu, por exemplo, no espaço ZOCA na Ocupação Izidora, cuja militância envolvida diretamente na sua construção conseguiu angariar parte dos recursos financeiros, mas que não foram suficientes para sua completa efetivação. Vale lembrar que nas ocupações tanto a infraestrutura urbana (abertura de ruas, sistema de fornecimento de água e luz e rede de esgoto) quanto os espaços coletivos (creches, bibliotecas, etc) são autoconstruídos, o que demanda tempo e dinheiro dos seus moradores e moradoras. No caso do Parque das Ocupações, há um consenso que o projeto desenvolvido não deva ser efetivado exclusivamente por quem ali mora ou trabalha, em processos de mutirões potentes, mas cansativos e dispendiosos. O projeto está sendo usado como instrumento de negociação junto a empresa urbanizadora do município (URBEL) para a implantação das diretrizes urbanísticas e paisagísticas construídas coletivamente ao longo desses anos. A crítica ao papel do Estado, principalmente quando associado aos interesses do Capital, é

pertinente e necessária, entretanto é necessário especial atenção ao modo como pode ser confundida com os discursos dos movimentos neoliberais, que advogam, ainda que de forma contraditória, pela defesa de redução do papel do Estado, sobretudo em relação à regulação urbana/ambiental e promoção de políticas sociais e culturais

Observou-se, também, que alguns movimentos ativistas estavam incorporando “novos” preceitos neoliberais, com alertou Nancy Fraser (2018) à época da eleição presidencial dos Estados Unidos em 2016. Segundo a ativista, parte do movimento feminista, havia sido seduzido por uma política baseada no reconhecimento e o reforço de um “eu” empoderado e talentoso, que por mérito poderiam ocupar posições e cargos, e, sem perceber ou não, estavam contribuindo para o crescimento de um neoliberalismo “progressista”

Distorcida como era, esta política de reconhecimento trabalhou para seduzir grandes correntes de movimentos sociais progressistas para dentro do novo bloco hegemônico. Certamente, nem todas as feministas, anti-racistas, multiculturalistas, e assim por diante, foram conquistados para a progressiva causa neoliberal. (...) No entanto, eles contribuíram com algo essencial para esta ligação perigosa: o carisma, um “novo espírito de capitalismo”. Exortando uma aura de emancipação, esse novo “espírito” carregou a atividade econômica neoliberal com um frisson de excitação. (FRASER, 2018)

Diante dessas inquietações, fechamos com algumas questões: Seria possível articular as pautas específicas em torno de um horizonte utópico compartilhado? Como “unificar” as pautas da esquerda sem reproduzir modelos absolutos e autoritários? Como nos alimentar de incertezas e reagregar a “produção do comum?” Seria possível os movimentos de resistência comporem com o Estado sem perder a sua autonomia de decisão? Seria possível detectar as contradições e prever as armadilhas do capitalismo antes de sermos seduzidos por ele?

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, M.; SÁ, A. I.; RENA, N. Método cartográfico indisciplinar: da topologia à cartografia do rizoma. **Revista V!RUS**. Edição 19. 2019.

DELEUZE, G. **O que é um dispositivo?**. In: DELEUZE, G. O mistério de Ariana. Lisboa: Ed. Vega-Passagens, 1996.

FRASER, N. (2018). **Do Neoliberalismo progressista a Trump – e além**. Texto publicado no site da Revista Movimento em 28 de fevereiro de 2018.

FREITAS, D. M. **Campo de Poder dos Grandes Projetos Urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte.** Belo Horizonte: Annablume, 2017.

GOHN, M. G. **Novas teorias dos movimentos sociais.** São Paulo, Edições Loyola, 2014.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império.** Rio de Janeiro, Record, 2001.

LATOURETTE, B. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede.** Salvador-Bauru: EDUFBAEDUSC, 2012.

KASTRUP, V.; BARROS, R. B. **Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia.** In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.* Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 76-91

SALES, A.L.L.F.; FONTES, F.F.; YASUI, S. **Para (re)colocar um problema: a militância em questão.** *Temas psicologia, Ribeirão Preto*, v. 26, n. 2, p.565-577, junho, 2018.

NEVES, B.; BRANDÃO, M.; MARQUES, L. H.; RENA, N. **Lutas territoriais: resistências ao avanço do urbanismo neoliberal.** In: ROLNIK, R. et al (org.). *Cidade Estado Capital: reestruturação urbana e resistência em Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo.* São Paulo, FAUUSP, 2018.

RENA, N. S. A.; FREITAS, D. M. F.; SÁ, A. I. A.; BRANDAO, M. S.. (Orgs.). **Anais do I Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico.** 1. ed. Belo Horizonte, Fluxos, 2018.

Submetido em: 31/10/2019

Aprovado em: 07/05/2020